

O TEXTO NAS PROPOSTAS DE ENSINO DA REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA.

Débora Smaha Corrêa¹
Sheila Elias de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Com as novas diretrizes propostas no processo de redemocratização do país após a ditadura militar, o texto adquiriu um lugar central no ensino da língua portuguesa, lugar este que antes pertencia à gramática ou à norma culta. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 2002, afirmam que “a unidade básica da linguagem verbal é o texto” (MEC, 2002, p.39 apud Oliveira, 2006, p.55.). As Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental do Paraná, de 2004, esperam “que se supere a prática embasada no ensino excessivamente formal e estanque da gramática, para que se privilegie o texto” (SETI, 2004, p.177 apud idem, ibidem).

O que se percebe, no entanto, é uma divisão sobre as compreensões deste objeto – o texto – e, muitas vezes, uma falta de reflexão sobre a relação entre texto, sujeito falante e ensino. Falta, afinal, em decorrência da falta de reflexão, clareza sobre os objetivos deste novo ensino no qual o texto é peça-chave, segundo os intentos do ensino de modo mais geral: o de formar cidadãos. A questão para nós deve ser colocada nos seguintes termos: como formar, por meio do ensino de língua portuguesa, o sujeito falante como cidadão do Estado brasileiro?

Fundamentada na Semântica do Acontecimento, esta pesquisa pretende oferecer subsídios para a reflexão sobre o ensino de língua portuguesa tendo em vista as questões colocadas acima a partir da análise do modo como o texto é abordado na relação com o conhecimento sobre a língua em um conjunto de artigos da Revista Língua Portuguesa, publicados no período de julho de 2008 a julho de 2009. Trata-se de uma publicação com circulação nacional lançada em 2005. Segundo o editor, Luiz Costa Pereira Junior, a revista busca “identificar e colocar em discussão o que há de mais relevante no idioma português, na fala brasileira e variantes” (In: Sobre a Revista Língua Portuguesa”, http://revistalingua.uol.com.br/sobre_revista.asp). De acordo com o objetivo enunciado, a Revista quer, então, divulgar o conhecimento sobre a língua portuguesa, da qual faz parte “a fala brasileira”, assim referida em dois momentos nas palavras sobre a Revista. A Revista não se dirige ao ensino formal ou tampouco declara um objetivo pedagógico; no entanto, como veremos, alguns artigos se apresentam em uma relação pedagógica com o leitor.

No período tomado como referência, foram encontrados 120 artigos em que a palavra *texto* aparece; nós os agrupamos em 10 áreas temáticas e/ou disciplinares³: Lingüística Geral (27); Lingüística e Língua Portuguesa (32); Lingüística e Literatura (07); Língua Portuguesa (04); Língua

¹ Graduanda em Letras – Português e suas Literaturas, pela UNICENTRO. E-mail: deborasmaha@gmail.com

² Professora Adjunta do departamento de Letras da UNICENTRO, orientadora do respectivo projeto de pesquisa em iniciação científica.

³ Foram desprezados 16 artigos do total, pois neles a palavra *texto* estava distante do tema do artigo e fazia parte do texto de modo lateral.

Portuguesa e Literatura (03); Língua Portuguesa e Jornalismo (02); Literatura (20); Literatura e Música (05); Literatura e Cinema (01); Novela (03). Foi possível constatar que a maior parte (62,5%) dos textos estão relacionados com as disciplinas de Lingüística e Língua Portuguesa e 24% com a Literatura, sem que esta esteja relacionada a questões de Lingüística ou de Língua Portuguesa.

No exame dos 66 artigos ligados à Lingüística, área que nos interessa mais de perto selecionamos 12 em que o texto aparece como tema. Destes, 02 dizem respeito à interpretação textual; 09 à produção textual, e 01 a ambas. Como se pode ver, há um predomínio de artigos voltados para a produção textual. Neste grupo, estabelecemos uma nova divisão: de um lado, artigos que tratam de textos em geral; de outro, artigos que tratam de textos ligados a contextos enunciativos específicos. Apresentaremos aqui a análise deste último grupo, composto pelos seguintes artigos⁴: “Apresentação à altura” (23-01-2009), sobre redação de currículo; “A redação do correio eletrônico” (01-07-2008), sobre redação de e-mail em relações de trabalho; “Cecília e seu destino” (31-07-2008), sobre redação de texto jornalístico; “Economês está em alta” (31-07-2008), sobre redação de texto jornalístico sobre economia ou de textos de economia; “O internetês na escola” (23-01-2009), sobre redação em contexto avaliativo – escolas e concursos; “Sentenças em versos” (23-03-2009), sobre redação de sentenças judiciais.

Para discutir as questões propostas, apresentaremos a análise da designação da palavra *texto* nos seis artigos selecionados. Expomos, a seguir, o referencial teórico para a análise.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para analisar a designação da palavra *texto* nos artigos da Revista Língua Portuguesa, foram mobilizados alguns conceitos da Semântica do Acontecimento e da Análise de Discurso.

A Semântica do Acontecimento “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7). A unidade lingüística de análise não é o enunciado, mas sim o texto. Segundo Guimarães é preciso considerar como uma forma funciona em um texto e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto.

A forma em questão para nós é a palavra *texto* e a pergunta que propomos responder é: “o que a palavra *texto* designa nos artigos selecionados da Revista Língua Portuguesa?” Segundo o autor, “analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicções por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação” (GUIMARÃES, 2002, p.28).

Para a análise das predicções que compõem a designação da palavra, observamos dois procedimentos de textualidade: a reescritura e a articulação. A reescritura é “o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma

⁴ Os artigos analisados encontram-se disponíveis:
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11580>;
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11726>;
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11583>;
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11686>;
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11558>;
<http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11685>;

forma como diferente de si” (GUIMARÃES, 2007, p.84). A articulação “diz respeito às relações próprias das contigüidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (ibidem, p.87).

A predicação realizada por meio dos procedimentos de reescrituração e articulação será representada pelo domínio semântico de determinação (DSD) da palavra.

[...] um DSD é uma análise de uma palavra. Ele representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de texto, etc.) (GUIMARÃES, 2007, p.81).

O DSD nos permitirá visualizar as predicações da palavra *texto* – forma lingüística objeto de análise. Segundo a Semântica do Acontecimento, na relação com as formas lingüísticas, as figuras da enunciação compõem a cena enunciativa da palavra. A cena enunciativa “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas” (GUIMARÃES, 2002, p.23).

As figuras de enunciação são as divisões do sujeito falante no acontecimento. São elas: o *Locutor* (L), o *locutor-x* (l-x) e o *enunciador* (E). L é o “eu” que se representa como fonte do dizer, desconhecendo que enuncia afetado por lugares sociais (l-x) autorizados a falar, de um *modo* específico, e em uma *língua* específica. Já os Es são lugares de dizer representados na tomada da palavra, que podem ser de quatro tipos: *individual* como em “eu declaro...”; *universal* (típico do discurso da ciência, sem modalizações, (como em “todo homem morre”); *genérico* (como na repetição de um dito popular “quem espera sempre alcança”); e *coletivo* (como em “nós, lexicógrafos...”) (OLIVEIRA, 2006, p.34).

Nos artigos analisados, o lugar de dizer (E) que predominou foi o individual, que como veremos, se realiza em diferentes configurações. Também, com intensidade menor, foram encontrados os lugares de dizer coletivo, sempre referido a “especialistas”, e o universal. De acordo com Guimarães, se o Locutor está dividido no acontecimento é

“porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito. Para caracterizar este aspecto recorro, neste ponto, à posição da análise de discurso para a qual o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa (Orlandi, 1999). Ser sujeito de seu dizer, ser sujeito, é falar de uma posição de sujeito” (GUIMARÃES, 2002, p.14).

Ao considerar que o falante fala sempre de uma posição sujeito interdiscursiva, trabalhamos sobre os efeitos do dizer na produção de tipos de discurso, o que envolve o modo de consideração do objeto de discurso e da relação entre locutores. Utilizamos a tipologia proposta por Orlandi (2003, p.154), que divide o discurso em três tipos: lúdico, polêmico e autoritário.

Discurso lúdico: “é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o *non sense*”. *Discurso polêmico:* “é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria”. *Discurso autoritário:* “é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando” (ORLANDI, 2003, p.154).

A observação dos tipos de discursos produzidos nos permitirá compreender a relação estabelecida nos artigos da revista com o leitor (seu interlocutor). A tipologia discursiva junto à análise da cena enunciativa nos levará a compreensão da designação de *texto* nos artigos da Revista Língua Portuguesa.

ANÁLISE DOS ARTIGOS

ECONOMÊS ESTÁ EM ALTA

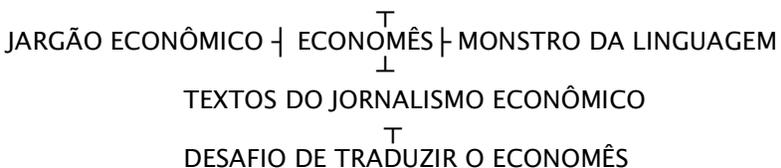
Iniciamos a análise pela descrição da cena enunciativa do artigo. A Locutora assinante é Jezebel Salem; ela enuncia do lugar social (I-x) de jornalista e traz para a cena Elenice da Costa e Ieda Maria Alves, que enunciam do lugar social de lingüistas; e Lúcia Rebouças, autorizada pelo lugar social de jornalista econômica. Há, portanto, duas áreas de especialidade nas quais a jornalista se ancora: a lingüística e o jornalismo econômico. São dois os lugares de dizer (Es), tais como exemplificamos a seguir - o individual: “O uso da metáfora econômica, como em quase toda linguagem científica, é o modo de conhecer e explicar o mundo - resume Elenice Costa...”; o coletivo: “A expectativa é dos especialistas...”. O predomínio é do enunciador individual, que produz um efeito de pessoalidade para a locutora jornalista, respaldada pelos locutores especialistas que coloca em cena.

O que o artigo põe em discussão é o emprego de jargões econômicos (o “economês”) em textos jornalísticos e em textos técnicos de economia (científicos). O que *texto* designa, portanto, são os textos de economistas e livros especializados e também os textos do jornalismo econômico, objetos de linguagem que se põem em relação com a língua, em particular o léxico -

os jargões econômicos, e com as diferenças entre falantes (especialistas em economia/não especialistas; capazes/incapazes de compreender o economês) e as soluções possíveis para resolver estas diferenças.

DSD 1⁵

TEXTOS DE ECONOMISTAS E LIVROS ESPECIALIZADOS



Jargão econômico e monstro da linguagem determinam o economês que determina textos de economistas e livros especializados e textos do jornalismo econômico, que é determinado por desafio de traduzir o economês.

Passemos então à análise dos tipos de discurso. O predominante é o polêmico, já que o texto questiona se a linguagem da economia, ou o “economês” deve ser um código fechado e restrito para poucos, e discute o modo de enunciação sobre economia dos textos jornalísticos e científicos. Afirma-se que: “Sem saber o que significam as palavras, a fala alheia intimida. O economês, assim, nem sempre comunica a informação mais precisa, mas o sinal de poder de quem usa”.

A abordagem do artigo abre espaço para a interpretação por parte do leitor. Permite que ele reflita sobre se realmente o “economês” deve ser apenas a linguagem dos operadores da economia e sobre os modos de acesso a esta língua. Entretanto, outras possibilidades de interpretação não ficam abertas; não se questiona, por exemplo, se realmente o economês é indispensável na vida do cidadão comum ou se o conhecimento do economês permite de fato uma visão crítica da economia ou se produz um efeito de evidência sobre os padrões econômicos vigentes: segundo Lúcia Rebouças, “o desafio seria traduzir o economês sem cair no simplório e no vulgar, e entender que as linguagens especializadas com impacto na vida de todos dizem respeito à comunidade, não só a especialistas”. No entanto, isto não é verdadeiro para todas as linguagens especializadas como a do direito ou a da medicina. Por que é assim com a economia? Eis o efeito de evidência da indispensabilidade do economês produzindo sentidos.

Ao mesmo tempo em que o artigo polemiza a questão, de um lado, ele não a deixa aberta, e, de outro lado, ele não abre espaço para questões de fundo, tais como por que somos induzidos a conhecer o vocabulário econômico ou um certo vocabulário econômico, já que o economês vigente se inscreve em uma linha econômica precisa.

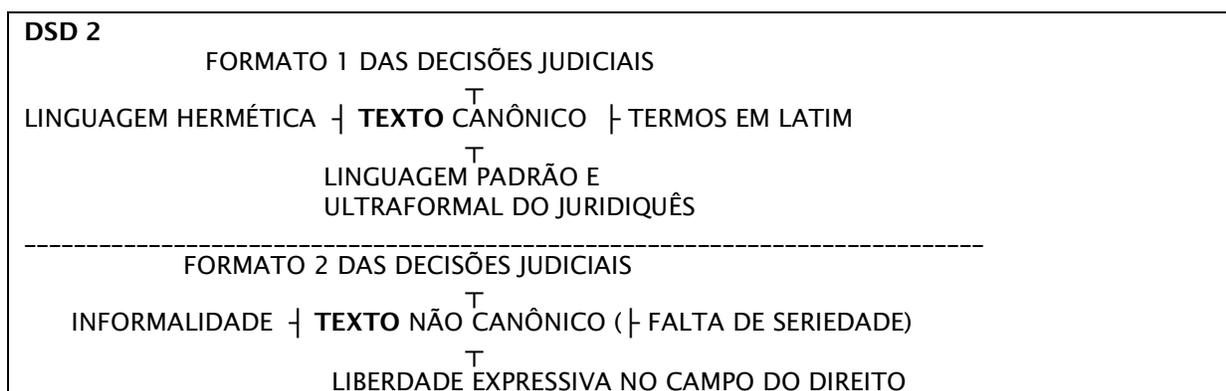
⁵ DSD = domínio semântico de determinação. Os seguintes sinais \vdash ou \dashv ou \top ou \perp significam determina. Um traço _____, dividindo um domínio significa antonímia. E os parênteses () significam uma divisão entre falantes, ou seja, o que está dentro do parêntese não vale para o domínio como um todo.

SENTENÇAS EM VERSOS

A Locutora assinante desse artigo é Rachel Bonino, locutora-jornalista que traz para a cena Iberê de Mello Bandeira, autorizado pelo lugar social de ex-integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Pedro Estevam Serrano, que enuncia do lugar social de constitucionalista e professor da PUC-SP; João Bosco de Medeiros, apresentado como professor e autor do livro *Português Forense*; Luiz Flavio Gomes, professor e diretor-presidente da rede de ensino LFG (no passado foi promotor, juiz e advogado); e Rizzato Nunes, que enuncia do lugar social de desembargador. Também compõem a cena juízes que proferiram sentenças de forma inusitada, o que desencadeará o tema do artigo. Os especialistas são na maioria profissionais do Direito, sendo apenas um deles especializado no português da área jurídica.

O lugar de dizer (E) que predomina neste artigo é o individual. No entanto, este enunciador individual não está a serviço de uma locutora-jornalista que se marca no texto, utilizando os outros para corroborar suas posições, como no artigo sobre o economês; a individualidade predominante aqui é a dos especialistas e o modo de enunciação é o da apresentação do debate entre eles. Um exemplo de enunciador individual é: “sugerindo até que eu fosse “varrido” do poder judiciário...”. Também foi possível encontrar o universal: “...não é a forma correta para uma sentença”.

O que se põe em discussão é o fato de alguns juízes apresentarem sentenças de modo não canônico, em forma de versos, com rimas e com o léxico considerado informal. O que *texto* designa, nesse artigo, então, é a divisão entre, de um lado, a forma canônica do *texto* jurídico, com uma linguagem hermética e formal; de outro lado, a forma não canônica do texto jurídico, que abre para uma linguagem não padrão na forma e acessível ao leigo. Esta última é vista por alguns locutores do artigo como sinal de falta de seriedade e excesso de informalidade e liberdade expressiva no campo do direito; por outros, como sinal de uma mudança necessária na linguagem jurídica. O DSD abaixo representa esta divisão:



*Linguagem hermética, termos em latim, linguagem padrão e ultraformal do juridiquês determinam **texto canônico** que determina **formato 1 das decisões judiciais**. Em oposição ao **texto não canônico** que é determinado pela *informalidade, liberdade expressiva no campo do direito e para alguns dos locutores por falta de seriedade* que determina **formato 2 das decisões judiciais**.*

Analisando o DSD, é possível perceber como o formato do texto das decisões judiciais está relacionado com questões do léxico e textualidade. O texto canônico se opõe à informalidade e à

liberdade expressiva no campo do direito. Palavras devem ser empregadas com “seriedade” e precisam ser condizentes com a linguagem padrão e, segundo a outra visão, “ultraformal” do “juridiquês”. O texto das decisões judiciais não pode ser escrito em versos, com rimas e com o léxico informal, como defende o outro grupo, que não associa “falta de seriedade” a estas características e defende a “liberdade expressiva no campo do direito”.

De um lado, há uma visão conservadora, na qual a língua é concebida como norma culta, acompanhada da defesa de uma linguagem formalizada do direito em que o texto obedece a uma estrutura padrão. Do outro lado, temos uma visão reformista, que podemos exemplificar pelo caso do juiz Cláudio Ferreira Rodrigues, titular da Vara Cível de Campos dos Goytacazes (RJ), que empregou uma variante lexical popular em sua sentença (mais especificamente a palavra “gostosa”), o que justificou afirmando que “se a palavra está disponível no vernáculo, não há por que a justiça evitar seu uso”. Esta coloquialidade da língua vem acompanhada, em outros exemplos do artigo, pela quebra da estrutura canônica do texto jurídico, pelo emprego de sentenças rimadas e/ou em versos.

O discurso predominante neste artigo é o polêmico; é colocada em discussão a opção entre a forma não canônica e a forma canônica do texto jurídico. O artigo aborda o tema de modo a deixar espaço para o leitor fazer uma leitura crítica e tomar uma posição. Apresenta opiniões de especialistas da área jurídica com idéias diferentes sobre o assunto. Iberê de Mello Bandeira, por exemplo, afirma: “não há problema em usar rimas em sentença. Mas esta tem de ser clara, deve abordar aspectos levantados pela petição e precisa decidir”. Já Luiz Flavio Gomes afirma que “não é a forma correta para uma sentença. Dá a sensação que a justiça está sendo vulgarizada. Pode até ficar com cara de zombaria. Não é o momento adequado para poesia”. O leitor é convidado a pensar sobre a fixidez da norma lingüística e textual: ela pode ser alterada?

O texto conclui afirmando que “a qualidade do texto de um juiz deve ser avaliada pela consistência de sua decisão, não tanto pelo gênero da escrita”. E considera que “o uso da poesia ou de uma variante popular numa sentença judicial pode na verdade indicar, se não uma tendência, o sintoma de uma saturação de linguagem que começa a se tornar gritante entre os operadores do direito”. Leva, com isso, a uma questão de fundo: a relação sujeito-língua-linguagem no âmbito do Direito.

CECÍLIA E SEU DESTINO

O Locutor assinante deste artigo é Josué Machado, que enuncia do lugar social (I-x) de jornalista e autor do Manual da Falta de Estilo. O lugar de dizer (E) predominante é mais uma vez o individual. Como no texto sobre o economês, é a voz do jornalista que se sobressai. Mas diferentemente daquele texto, neste não há outros especialistas colocados em cena. O efeito então é de uma sobreposição de dois lugares sociais: o locutor jornalista se põe também como locutor especialista. Ilustramos o enunciador individual tal como configurado no texto pela afirmação: “Claro que o insigne redator se referia à obra da Cecília”, na qual o advérbio “claro” marca o lugar individual de dizer.

O que este artigo põe em discussão é uma matéria de jornal publicada sobre a poetisa Cecília Meireles, intitulada “O Destino de Cecília”. O que *texto* designa é um objeto jornalístico, que deve ser, segundo o autor, “realista”, isto é, prescindir da “linguagem figurada”.

DSD 3

O TEXTO REALISTA DO JORNAL (COMO DEVE SER)

LINGUAGEM FIGURADA

⊥

TEXTO JORNALÍSTICO SOBRE A POETISA CECÍLIA MEIRELES

⊥

O ASSUNTO NADA METAFÓRICO, QUE SE ESTENDE AOS CONFLITOS ENTRE SEUS DESCENDENTES [DE CECÍLIA MAIRELES] CONTRÁRIOS À EDIÇÃO DE ESCRITOS INÉDITOS E À REEDIÇÃO DE OUTROS.

O texto realista do jornal (como deve ser) em oposição à linguagem figurada que determina o texto jornalístico sobre a poetisa Cecília Meireles que é determinado por assunto do texto nada metafórico que se estende aos conflitos entre seus descendentes [de Cecília Meireles] contrários à edição de escritos inéditos e à reedição de outros.

O DSD mostra como o texto jornalístico deve ser segundo Josué Machado. Deve ser realista e, para isso, não pode utilizar a linguagem figurada. O que não aconteceu, segundo ele, na matéria sobre a poetisa Cecília Meireles, cujo “assunto nada metafórico” não deveria ter sido abordado por meio da linguagem figurada.

Por meio de um discurso autoritário, o locutor-jornalista questiona o emprego das expressões “colocar fim” e “pôr fim”, e da palavra *autora* dentro da expressão “ditar o futuro da autora”. Josué Machado é arbitrário, quer impor o modo como ele considera certo escrever, se servindo de justificativas igualmente arbitrárias. Afirma que “pôr fim” é mais “simples” e “natural” do que “colocar fim”. Cabe questionar para quem é mais simples e natural.

Quando trata da palavra *autora*, o jornalista argumenta que “tropos como esses não ficam bem em jornalismo”, justificando-se de modo circular, ao afirmar que o texto realista do jornal não combina com a linguagem figurada. Ora, o redator da matéria sobre Meireles emprega “autora” como metonímia de “a obra de Cecília Meireles”. Ademais, a palavra “autor” é freqüentemente utilizada para escritores já falecidos, assim como para os vivos. A expressão “ditar o futuro da autora” significa ditar o futuro das obras dela, e como a poeta já faleceu, não se trata, certamente, de ditar o seu futuro como pessoa. Josué Machado chega inclusive a afirmar que “o redator não teve a intenção de usar a linguagem figurada; foi apenas impreciso”. Ora, como ele pode saber que intenção teve o autor ao escrever o texto?

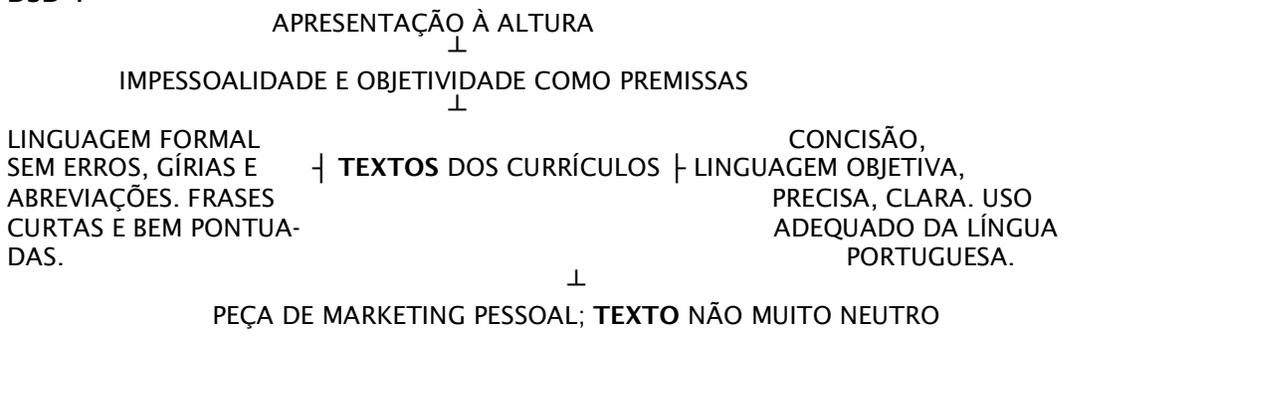
Por meio do discurso autoritário, o leitor é significado como um seguidor de modelos pré-estabelecidos, pois é imposto a ele o que seria o certo e o errado na visão não fundamentada do jornalista. O que este chama de “realista” é arbitrário e sem fundamentação científica ou ao menos empírica (pela observação dos sujeitos falando/escrevendo).

APRESENTAÇÃO À ALTURA

O Locutor que assina este artigo é Antonio Carlos Santomauro; ele enuncia do lugar social (I-X) de jornalista e traz para a cena Rosana Cruz, apresentada como diretora da área de transição de carreira de uma consultoria de recursos humanos; Selma Fredo, consultora de uma empresa de gestão de recursos humanos; Janete Teixeira Dias, coordenadora de gestão de carreiras das faculdades FIAP E MÓDULO; Ronaldo Batista, professor de língua portuguesa e lingüística no curso de Letras da Universidade MACKENZIE; Adália Assis, consultora da empresa de RH CATHO. A individualidade predominante aqui é a dos especialistas, como no artigo sobre as sentenças judiciais; também como neste, um profissional de língua e lingüística divide a cena como locutor-especialista com uma maioria de profissionais da área de recursos humanos. O lugar de dizer (E) predominante é, também neste artigo, o individual: “Não *recomendo* a primeira pessoa, ela às vezes soa algo agressiva”. Aparece, também, o coletivo: “É o que garantem *os especialistas*”. Como no artigo “Sentenças em versos”, a individualidade que predomina aqui é a dos especialistas.

Este artigo apresenta regras sobre como o texto de um currículo deve ser escrito, através de elementos do léxico e da sintaxe. O que *texto* designa é, assim, o texto de currículos, que é determinado por um modelo caracterizado por: concisão, objetividade e pessoalidade, precisão, clareza, e uso “adequado” (“formal”) da língua portuguesa, sem erros, gírias ou abreviações. As frases devem ser curtas e bem pontuadas. Contraditoriamente, o texto dos currículos também é caracterizado pela necessidade de não ser muito neutro, já que é “uma peça de marketing pessoal”. O modelo caracterizado como “impessoal e objetivo” a ser seguido deve, então, abrir espaço para a “pessoalidade”.

DSD 4



Apresentação à altura determina *impessoalidade e objetividade como premissas* que determina **textos dos currículos** que é determinado por *linguagem formal sem erros, gírias e abreviações. Frases curtas e bem pontuadas. Concisão, linguagem objetiva, precisa, clara uso adequado da língua portuguesa.* **Textos dos currículos** também determinam *peça de marketing pessoal e texto não muito neutro.*

O DSD representa como um texto de currículo deve ser escrito, e mostra como esse tipo de texto está relacionado com questões de léxico, sintaxe e organização textual, segundo os elementos descritos acima.

Com um discurso predominantemente autoritário, a concepção de texto deste artigo é a de um modelo pré-estabelecido. E a de língua é a de norma culta. A matéria propõe ajudar o leitor a redigir um texto de currículo, e ao fazê-lo, acaba tratando-o como um seguidor de modelos, pois apresenta regras e dicas que devem ser seguidas na redação de um currículo.

Os especialistas convocados a tomar a palavra têm por vezes opiniões ligeiramente diferentes, o que abre um pequeno espaço de polêmica no texto; por exemplo, Rosana Cruz que argumenta que “em hipótese alguma devem-se incluir adjetivos em currículos, pois neles devem haver apenas informações passíveis de comprovação ou mensuração”. Já Selma Fredo acha passível e até interessante usar moderadamente algumas expressões adjetivadas, pois para ela “o currículo é uma peça de marketing pessoal”. Como tal, deve gerar algum impacto, mais difícil de ser obtido com um texto muito neutro. Em comum em todas as posições manifestadas, no entanto, é um conjunto de instruções unívocas para a redação do currículo; não há abertura de possibilidades, e sim uma direção única de redação proposta por cada especialista e consonante em grande parte no conjunto deles.

A REDAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO

Nesse artigo, a Locutora assinante é Maria Helena Nóbrega; ela enuncia do lugar social (I-x) de professora do departamento de letras clássicas e vernáculas da USP, onde leciona na faculdade de Economia, Administração e Contabilidade no Campus de Ribeirão Preto, e também do lugar social de autora de “Estratégias de Comunicação em grupo” (ATLAS, 2007). Predomina o lugar de dizer (enunciador) individual: “Anuncie com clareza o tópico frasal”. Como no artigo “Cecília e seu destino”, o Locutor assinante se põe como locutor especialista, embora no outro texto o locutor assinante fosse jornalista e escrevesse sobre a escrita jornalística e, neste caso, o assinante seja professor de letras e, como tal, especialista em língua em geral.

Este artigo apresenta dicas sobre a escrita de e-mails em ambiente institucional, sobretudo no ambiente de trabalho. O e-mail deve se adaptar ao nível de formalidade, que não embaralhe idéias e que tenha exatidão na escrita. É destacado como elemento da linguagem o “estilo”, que deve ser claro, conciso e adequado ao ambiente de trabalho. Segundo Maria Helena Nóbrega, “a redação adequada de e-mails, com concisão, coesão, e coerência textuais, forma uma imagem afirmativa do autor, adiciona pontos positivos a seu marketing pessoal”.

O que *texto* designa nesse artigo são os *textos* de e-mail em contexto de trabalho, determinados, de um lado, por uma necessidade de personalização e, de outro, contraditoriamente, por uma “etiqueta” laboral ligada à exatidão na escrita, nível de formalidade, simplicidade, clareza e objetividade, além de concisão, coerência e coesão, com um vocabulário dentro da linguagem usual do meio.

DSD 5

TEXTO DO E-MAIL | PERSONALIZAÇÃO

↑
EXATIDÃO NA ESCRITA, NÍVEL DE FORMALIDADE,
SIMPLICIDADE CLAREZA E OBJETIVIDADE, **TEXTOS**
CONCISOS, COERENTES E COESOS, VOCABULÁRIO
DENTRO DA LINGUAGEM USUAL.

↑
ETIQUETA

↑
CONTEXTO INSTITUCIONAL, PRINCIPALMENTE O DE TRABALHO

Personalização determina o **texto do e-mail** que é determinado pela *exatidão na escrita, nível de formalidade, simplicidade, clareza e objetividade, textos concisos, coerentes e coesos, vocabulário dentro da linguagem usual*, que por sua vez são determinados pela *etiqueta* que é determinada pelo contexto institucional principalmente o de trabalho.

O DSD representa o texto do e-mail determinado por regras de etiqueta próprias do contexto institucional, as quais determinam o léxico, a sintaxe e a organização textual. Segundo o artigo, ao escrever um texto de e-mail é preciso se preocupar com a clareza e a objetividade do texto, com o nível de formalidade, com a simplicidade e a exatidão na escrita. E garantir que o texto escrito seja conciso, coerente e coeso.

O artigo argumenta sobre como e por que é necessário escrever um e-mail com clareza, que seja coerente, coeso e bem estruturado. O modelo sugerido pela autora se justifica pela adequação às regras de etiqueta laboral, ou seja, regras de comportamento social no trabalho. A linguagem do e-mail deve ser adequada a tais regras. Ao evocar a etiqueta como justificativa e fonte das regras, o faz por meio de um discurso predominantemente autoritário, que não deixa escolhas para o leitor e sim apresenta modelos e dicas para se redigir um e-mail bem escrito. Ao defender a precisão e adequação a um modelo pré-estabelecido acaba não incentivando a criatividade na produção textual. No entanto, contraditoriamente, pede que os e-mails sejam “personalizados”, embora não explique como. Torna-se difícil redigir um e-mail com um toque pessoal quando se está preso a padrões. Esta contradição, lembremos, está presente já em outro artigo sobre texto relacionado ao trabalho – o do currículo.

O INTERNETÊS NA ESCOLA

Nesse artigo o Locutor assinante é Fabiano Rampazzo; ele enuncia do lugar social (I-x) de jornalista e traz para cena Mônica Domingos, autorizada pelo lugar social de professora de português, e ministrante de cursos preparatórios para as provas de concurso público das polícias militar e civil, e para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O jornalista traz para a cena também Luiza Ricotta, que enuncia do lugar social de psicóloga e professora do curso FMB; Eduardo de Almeida Navarro, professor livre-docente de língua tupi e literatura colonial da USP; Carlos Conti Neto, professor de redação do Colégio Equipe. José Coelho Sobrinho, professor e membro da Coordenadoria de Comunicação da FUVEST; e Ednilson Quarenta, orientador do ensino médio do colégio Bialik. Os especialistas, neste artigo, são todos ligados à área de língua.

Há o predomínio do lugar de dizer (E) individual: “Talvez até por eu alertar”. Sendo que o enunciador em destaque é o dos especialistas, que se distinguem do locutor jornalista, assim como acontece no artigo “Sentenças em versos”. Também há o enunciador coletivo: “Podemos todos dormir tranquilos”.

Embora coloque como tema o “internetês”, que poderia incluir questões mais abrangentes de morfossintaxe, léxico ou semântica, por exemplo, o foco do artigo está na ortografia. De uma perspectiva ortográfica mais do que lingüística, o artigo define o internetês como “expressão grafolingüística criada na internet pelos adolescentes na última década”. A língua é concebida como norma culta; norma esta que se opõe ao “internetês”. O artigo se contrapõe à preocupação

de que o internetês interfira negativamente nos textos escritos em contextos de avaliação. Os professores e coordenadores de cursos preparatórios para concursos defendem que o “internetês” não atrapalha desde que se saiba separar a hora de usá-lo, a partir do contato com textos na forma culta, o que costuma acontecer, segundo eles.

O que *texto* designa é um objeto redigido em contexto avaliativo, de um lado, e, de outro, um objeto determinado pelo ambiente do computador/da internet. Ambos possuem uma linguagem e, sobretudo, uma ortografia própria. Esta divisão é representada no DSD6:

DSD 6

COMPUTADORES = CENÁRIO/ AMBIENTE/ HABITAT NATURAL

⊥

INTERNETÊS | ESCRITA AUTOMÁTICA UTILIZADA NA INTERNET

⊥

O TIPO DE **TEXTO** QUE SE FAZ

TEXTOS NA FORMA CULTA, COMO JORNAIS OU OBRAS LITERÁRIAS

TEXTOS MAIS ANTIGOS DA NOSSA LÍNGUA

⊥

NORMA CULTA

⊥

REDAÇÕES DA FUVEST; PROVAS ESCOLARES; VESTIBULARES E CONCURSOS

PÚBLICOS; SIMULADOS; PROVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS DA ÁREA JURÍDICA.

Computadores e escrita automática utilizada na internet determinam o internetês que determina o tipo de texto que se faz. Em oposição textos na forma culta, como jornais ou obras literárias e textos mais antigos de nossa língua que determinam à norma culta que determina redações da FUVEST; provas escolares; vestibulares e concursos públicos; simulados; provas de concursos públicos da área jurídica.

O DSD 6 mostra que o ambiente do computador determina a escrita automática utilizada na internet, e, por extensão, o tipo de texto que se faz. Quem faz uso do internetês quando se depara com um contexto formal como, por exemplo, o das redações da FUVEST, sabe adaptar-se a este contexto e consegue utilizar a norma culta. Desde que tenha contato com textos na forma culta, como jornais e obras literárias.

Há dois tipos de discurso neste artigo: o autoritário, predominante, que assume que o sujeito que se serve do “internetês” é capaz de se desligar desta linguagem e se inscrever na norma culta e que o “internetês” não se mistura com a norma padrão; cada uma dessas linguagens ou grafias existe separadamente e o trabalho do sujeito é passar de um para outro automaticamente. Não há reflexão sobre a relação entre o “internetês” e a norma culta e a interpenetração possível de ambas no real da língua. O leitor/escritor é alguém que segue o internetês na internet e segue a norma culta na escola, por isso, é, de certo modo, um seguidor de modelos. De maneira quase unívoca, leitor é orientado a esta constatação. No entanto, o artigo abre um pequeno espaço de polêmico quanto traz uma única voz dissonante, na enunciação de Ednilson Quarenta. Ele destaca a importância da reflexão sobre a pobreza do “repertório” de quem só lê e escreve na internet. Há, neste ponto do texto, uma relação posta entre escrita, leitura e interpretação. A posição dissonante está representada no DSD7:

*Internetês em oposição aos **textos mais desenvolvidos**.*

Segundo Ednilson Quarenta, quem só lê e escreve na internet possui uma ausência de repertório, e isso torna difícil a produção de textos mais desenvolvidos e elaborados. Por isso no DSD 7 o internetês está em oposição aos textos mais desenvolvidos. O que texto designa é um objeto que envolve trabalho/desenvolvimento, o que se faz em uma relação de exposição ao objeto textual de modo diversificado. Na enunciação de Quarenta, o internetês não se restringe à ortografia, mas é uma forma de linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista Língua Portuguesa propõe “colocar em discussão o que há de mais relevante no idioma português, na fala brasileira e variantes”. No entanto, não encontramos uma dedicação à questões de fala no conjunto de artigos sobre texto e, mais especificamente, nos artigos analisados. O foco encontra-se na escrita, e em uma escrita normativa, que divide em certo e errado os modos de escrever.

Nos artigos que analisamos, as questões lexicais, particularmente as relacionadas à escolha adequada de palavras, são predominantes. Em todos os artigos, o texto é predicado por questões de língua, isto é, não são só qualidades próprias à textualidade, como clareza, coesão, coerência, que são abordadas, mas colocações sintáticas e sobretudo escolhas lexicais, além da norma ortográfica.

Nos artigos em que o discurso autoritário predominou, há uma relação pedagógica com o leitor. Em “Apresentação à altura”, “A redação do correio eletrônico” e “Cecília e seu destino” e “O internetês na escola” busca-se um padrão na escrita junto a um modelo textual ideal. No caso do primeiro e do segundo artigo, o leitor é apresentado a regras e dicas sobre a escrita de textos de currículos e de e-mails. O terceiro define como um texto de jornal deve ser escrito, para ser considerado “realista”, e o quarto reduz o internetês à ortografia e concebe uma separação absoluta entre ele e a norma culta, determinada pelo “ambiente”. Observamos neste conjunto uma inconsistência na sustentação dos argumentos; de um lado, a busca concomitante da personalidade e da impessoalidade; de outro, a decisão injustificada entre o que é certo e o que é errado e, ainda, a redução do internetês à ortografia. O modelo de língua predominante é o de língua culta e “adequada”, com uma imagem “realista” da linguagem, ou seja, como se esta descrevesse a realidade e não a interpretasse. O sujeito, neste modelo, fica restrito ao seguimento de regras.

Os artigos que abrem espaço de polêmica e discussão estão relacionados com os jargões do texto jurídico e do texto sobre economia; questiona-se quem tem direito à interpretação desses textos, relacionando língua, linguagem e subjetividade. Nestes, não há norma pronta e definitiva e sim a construção de um fazer e de uma reflexão, ainda que estas possam derivar para uma opção pela norma ou pelos sentidos dominantes – de economia, de Direito. No artigo “Economês está em alta”, por exemplo, a questão posta em discussão não fica aberta, chega-se à conclusão de que não só especialistas devem entender a linguagem do “economês”, pois economia é um assunto

que interessa a todos e as informações sobre esse tema não devem ser apenas repassadas, devem sim ser entendidas.

Ainda assim, eles apresentam uma reflexão que parte da relação do sujeito com a linguagem e com os textos da área jurídica e econômica. O leitor é convidado a refletir sobre o assunto apresentado; o texto jurídico deve manter sua forma canônica, ou essa forma pode ser modificada? A língua da economia ou o “economês” deve ser um código fechado e restrito a alguns, ou acessível para todos? Produzindo um discurso polêmico, os locutores direcionam o leitor, apresentam opiniões de especialistas, mas permitem que ele mesmo (leitor) assuma uma posição sobre o assunto.

Os locutores dos artigos dividem-se entre: locutor assinante que ocupa o lugar social de jornalista e especialista; locutor assinante e especialista em língua; e o locutor assinante jornalista que divide a cena com locutores especialistas. O enunciador individual predominou em todos os artigos, seja na voz do jornalista/assinante, seja na dos especialistas por eles postos em cena. Entre os especialistas, como vimos, a presença dos profissionais de língua e lingüística era constante, ainda que dividindo a cena com outros profissionais. Também foram convocados uma jornalista econômica; especialistas em recursos humanos; profissionais do Direito. Com exceção do artigo “Cecília e seu destino”, em todos os outros artigos os especialistas dividem a cena com professores de língua portuguesa ou lingüistas.

O enunciador individual aparece, assim, sustentado por lugares de saber. Lugares estes que se inscrevem em enunciações que, como vimos, tomam duas direções, segundo produzam discursos autoritários ou polêmicos. Os modos de tratar o texto, como objeto de linguagem, são determinantes na relação que o leitor – sujeito falante de língua portuguesa estabelece com esta língua e com suas práticas de linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. “Domínio semântico de determinação”. In: GUIMARÃES, E. e MOLLICA, M.C (org) **A palavra forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.77- 96.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania: história e política de uma palavra**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

OLIVEIRA, S.E. “O texto no acontecimento”. In: OLIVEIRA, S.E. e SANTOS, J.F (org) **Mosaico de Linguagens**. CAMPINAS, SP: Pontes/ Guarapuava: CELLIP, 2006, p.55-67.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2003.

Recebido em 28/06/2010.

Aceito em 30/07/2010.

